

SILVINO LOPES ÉVORA

silvino.evora@docente.unicv.edu.cv, <https://orcid.org/0000-0002-9216-1818>

Universidade de Cabo Verde, Praia, Cabo Verde

AS EXPERIÊNCIAS DE MEDIAÇÃO SOCIAL NAS PERIFERIAS DOS CENTROS: DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS ÀS EXPRESSÕES DA ARTE EM CABO VERDE

RESUMO

Cabo Verde, enquanto uma sociedade fragmentada em ilhas, tem as condições ideais para o desenvolvimento de experiências locais, que acabam, de certa forma, por se consubstanciarem em idiosincrasias próprias das comunidades-ilhas. Assim, para além da mantra cultural na qual se constitui a identidade nacional, edificaram-se experiências de vida comunitária em cada ilha ou região, o que acabou por se traduzir em práticas sociais próprias. Na maioria das vezes, as idiosincrasias locais não têm respaldo na cobertura mediática nacional, se considerarmos essencialmente os meios de comunicação social generalistas, de grande cobertura, cuja agenda se situa na combinação entre o nacional e o global (internacional).

Nesta comunicação, propomo-nos refletir sobre as outras experiências de comunicação que são desenvolvidas fora das artérias dos *mass media* nacionais e internacionais. As experiências das rádios comunitárias são muito importantes e, quanto a nós, integram uma cultura desenvolvida na periferia dos centros urbanos em que as populações procuram outros mecanismos de mediação social local para além das artérias oficiais ou oficiosas. Essa comunicação de proximidade acaba por se traduzir em gritos de revolta a partir das periferias, com ecos em todas as latitudes — inclusive nos epicentros do poder —, quando, para além dos sistemas de rádios comunitárias, os protagonistas locais recorrem às músicas de intervenção, às pinturas nos murais, aos artesanatos e a outros meios artísticos de comunicação, nos quais se concentra um constructo simbólico que incorpora críticas ao universo extra-comunidade-local, solidariedade interna, estímulos aos membros da comunidade e intervenções positivas para o desenvolvimento local. A partir dessas práticas sociais, culturais, idiosincráticas e comunicativas

cabo-verdianas, procuraremos estabelecer pontes com as premissas que edificaram o constructo científico consubstanciado na *folkcomunicação*.

PALAVRAS-CHAVE

folkcomunicação; culturas locais; expressões artísticas; comunicação de proximidade; Cabo Verde

ABSTRACT

Cape Verde, as a society fragmented into islands, has the ideal conditions for the development of local experiences, which, in a way, become the idiosyncrasies of the island communities. Thus, in addition to the cultural mantra shaping the national identity, community life experiences were created on each island or region, eventually translating into their own social practices. Most of the time, local idiosyncrasies lack support from national media coverage, especially when considering the generalist, mainstream media, whose focus tend to blend national and global (international) agendas.

In this article, we propose to reflect on other communication experiences developed outside the realm of national and international mass media. Community radio experiences are very important as they are part of a culture that has emerged on the outskirts of urban centres, where people seek alternative mechanisms of local social mediation beyond official or unofficial channels. This communication of proximity often manifests as outcries from the peripheries, resonating across all latitudes — including the epicentres of power. Beyond community radio systems, local protagonists resort to intervention music, paintings on murals, handicrafts and other artistic forms of expression. These mediums embody symbolic constructs that critique the extra-community-local universe, foster solidarity within the community and contribute positively to local development. Based on these Cape Verdean social, cultural, idiosyncratic and communicative practices, we will try to establish bridges with the premises that built the scientific construct embodied in *folkcommunication*.

KEYWORDS

folkcommunication; local cultures; artistic expressions; proximity communication; Cape Verde

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre os processos de mediação social através das ferramentas simbólicas, entre as quais a comunicação social, os processos criativos e a arte, de uma forma geral, sempre nos remetem para um conjunto de problemáticas, sendo o fluxo das interações entre o centro e periferia

uma delas. Se, no plano das relações internacionais, esse fluxo é interpretado a partir da lógica da distribuição do poder na definição das geografias de influências multilaterais, no plano da sociologia, a questão é lida a partir das premissas relacionadas com as assimetrias entre o centro e a periferia, a cidade e o campo, os assentamentos urbanos e os perímetros rurais e os suburbanos. Num caso e noutro, os estilos de vida são diferentes e a própria distribuição social da informação se dá de forma diferente. Olhando para a perspectiva dos fluxos informacionais no plano internacional, deparamo-nos com uma tendência para a unidirecionalidade da informação internacional, sendo que os principais meios de comunicação social emissores se encontram sediados nos países economicamente mais avançados. Estes estão apetrechados com aparatos mediáticos fortemente artilhados por avançados processos tecnológicos, consubstanciando-se em agências globais de informação e de comunicação e órgãos mediáticos internacionais, capazes de promoverem o agenciamento da informação no plano internacional, influenciando a construção das agendas comunicativas nos países recetores da informação internacional. Estes são, geralmente, menos desenvolvidos, com um sistema mediático em processo de construção e, em várias situações, com setores mediáticos completamente debilitados, que apenas procuram cumprir as tarefas mínimas da comunicação social e da informação mediática, no quadro de uma sociedade envolvida pela exponencial circulação de dados na esfera internacional.

No que diz respeito às assimetrias internas aos países, é possível perceber que, mesmo no interior de cada país, a disponibilidade dos meios de comunicação social para a cobertura mediática é diferente, se considerarmos as variáveis geográficas, como o campo e a cidade, os meios urbanos e os meios rurais e os suburbanos, o mundo dos serviços e o mundo dos trabalhos que impliquem o emprego da força física. As empresas mediáticas, por regra, estabelecem as suas bases de funcionamento nos centros metropolitanos dos países onde se encontram instaladas. Isso deve-se essencialmente a diferentes ordens de razão que passaremos a enunciar. O fator económico, já que a maioria das entidades com capacidade de colocar anúncios na comunicação social se estabelece nos centros políticos, económicos ou financeiros dos diferentes países. O fator *agenda-setting*, na medida em que as empresas de comunicação social vivem de fontes bem posicionadas e de factos e acontecimentos que têm lugar no seio da sociedade em que estão inseridas (Chaparro, 1994, 1998; Évora, 2005, 2011, 2018; Pinto, 2000; Santos, 1997, 1998). Olhando para a distribuição social do poder simbólico, é no meio urbano que reside a

maior parte das entidades portadoras de ações com vocação jornalística, interpretando o jornalismo a partir de premissas de noticiabilidade, como a atualidade, a notoriedade, a eliticidade e o significado social (Crato, 1992; Évora, 2012, 2018; Galtung & Ruge, 1965; Gans, 1980; Sousa, 2006; Wolf, 1999). O fator sinergia, uma vez que, sediando as empresas de comunicação social nos centros urbanos, os investidores dessas áreas têm perto de si um maior volume de *stakeholders* com os quais se relacionam nos processos quotidianos, diminuindo os custos de deslocação e o investimento no elemento condicional “tempo” para atender a todas as necessidades de relacionamento (Chamberlin, 1933; Correia, 2006; Demers, 2002; Évora, 2011; Helpman & Krugman, 1985; Herman & McChesney, 1997; Hutchison, 1999). Tudo isso mexe com a própria estrutura social, acabando por originar uma situação de desnivelamento do fluxo interno da informação dentro dos países, possibilitando que haja uma intensa cobertura das capitais e dos centros metropolitanos, em detrimento das regiões mais dispersas e afastadas das artérias do poder e dos centros de decisão. É neste sentido que surge a necessidade de desenvolver canais alternativos de comunicação, de interação social e de expressão dos sentimentos, pensamentos e da aura de uma sociedade.

As experiências de comunicação nas periferias integram uma válvula de progresso social muito mais avançada do que aquilo que está consubstanciado no simples crescimento económico, da imagem e das expectativas representadas pelas capitais dos países e pelos seus centros metropolitanos de negócios, de finanças e de poder político. Elas integram o eixo do desenvolvimento humano, que se fundamenta na necessidade de promover um equilíbrio de oportunidades e de distribuição dos bens inteligíveis promotores de desenvolvimento cultural, intelectual e simbólico. Com isso, as rádios comunitárias, enquanto expressão da comunicação de proximidade, procuram alavancar um segmento do desenvolvimento ligado às comunidades periféricas, que o processo de industrialização da economia e da informação, muitas vezes, marginaliza, ignora ou não considera importante. Aliado às experiências de comunicação comunitária, também existe o eixo da arte, enquanto ferramenta de protesto e de integração social das comunidades. Em Cabo Verde, o desenvolvimento da arte foi um dos maiores instrumentos aos quais a comunidade de Rabelados de Espinho Branco, no litoral leste da Ilha de Santiago, se apegou para imprimir novas ruturas no relacionamento com as outras comunidades do país e com os próprios visitantes, que frequentam as suas paisagens habitacional e cultural. Trata-se de uma comunidade que, no passado, foi muito

mais fechada do que hoje e que vivia um regime de valores e de princípios que, regra geral, destoavam da axiologia transformacional da sociedade cabo-verdiana no seu percurso diacrónico.

Desta feita, salientemos que quando se aproxima o debate cultural à problematização sobre o campo dos *media*, resulta naquilo que Gonçalves (2007) apelida de

um “mídiaceantrismo”, ou seja, um carácter fortemente veiculativo, onde os meios e a transmissibilidade tendem a constituir o fim dos processos comunicacionais. Nesse tipo de configuração, privilegia-se a profusão da informação – na figura da disponibilidade – e sobrevaloriza-se a tecnologia, a mobilidade e a interatividade como se fossem qualidades positivas em si mesmas. (p. 3)

Assim sendo, deve-se levar em consideração que a formação cultural se dá de forma sincrónica se houver algum crescimento homogeneizado da sociedade. Porém, quando os ritmos de crescimento são diferentes, surgem hiatos em termos de significação e de axiologia. Os valores sociais das comunidades divergem e os próprios horizontes de esperança se tornam diferentes, criando muros entre comunidades dentro de uma mesma sociedade. No caso da comunidade de Rabelados de Espinho Branco, a arte foi usada como o principal instrumento para derrubar esses muros e promover processos de integração social mais ecléticos e mais dinâmicos.

Neste texto, o nosso enfoque é, sobretudo, debater a problemática da comunicação, da significação e da interação social em Cabo Verde, olhando para as dinâmicas que envolvem os centros e as periferias. Neste sentido, procuraremos ler o espaço que as rádios comunitárias e as criações artísticas ocupam no sentido de corrigir as assimetrias informativas, simbólicas e culturais no seio da sociedade cabo-verdiana, aproximando as comunidades alicerçadas no campo e na cidade e as populações que habitam os núcleos urbanos e os subúrbios. Procuraremos ainda ver como as rádios comunitárias promovem a democracia nacional a partir da proliferação de eixos democráticos locais, comunitários e regionais, sincronizados com as aspirações de desenvolvimento e de modernidade cabo-verdianas e espelhados na expressão da crítica moderna desencadeada em todas as paisagens humanas do país, através da comunicação social alternativa, da arte que frui nas periferias e da emancipação da axiologia que estabelece o sentido de pertença às comunidades locais, cristalizado em identidades locais, na cultura local e nas aspirações comunitárias de construir uma sociedade de progresso e desenvolvida.

A PROBLEMÁTICA DO AGENDAMENTO E A COMUNICAÇÃO NAS PERIFERIAS

Uma das questões sociológicas que, ao longo dos tempos, marcou o debate sobre o jornalismo e a comunicação de massa tem a ver com a distribuição social do poder. Na verdade, reconhecendo que a informação é um elemento portador de um poder simbólico, a sua força recai, essencialmente, sobre aqueles cujo processo de agendamento das informações mediáticas promove as suas ideias, os seus pensamentos, os seus desejos e as suas ambições. Portanto, a premissa de partida é a de que não sendo o jornalista uma testemunha de todos os acontecimentos com interesse para a construção da sua pauta informativa, deve contar com a colaboração dos outros agentes que participam na construção da noticiabilidade dentro de uma sociedade. Eles constituem aquilo que, na maioria das literaturas sobre o campo, são categorizados como “fontes de informação” (Chaparro, 1994, 1998; Évora, 2005; Santos, 1997, 1998). O papel social das fontes é tão importante no jornalismo que Manuel Pinto (2000), interpretando esta profissão como “um campo fundamental na produção e reprodução da vida social”, entendeu que fosse necessária uma nova abordagem à problemática, com vista a “analisar a relação com as fontes num quadro mais vasto e complexo, que fizesse emergir não apenas as dinâmicas internas ao campo, mas as convergências e as conflitualidades, decorrentes da interação no sistema social” (p. 277). Isso mostra-nos que as fontes de informação têm um papel social muito importante na definição das pautas noticiosas e na configuração da estrutura do espaço público, sendo elas também um dos agentes que atuam sobre a força simbólica de que os *media* se revestem nas sociedades modernas.

O estudo sobre o agendamento jornalístico dos assuntos relacionados com a vida quotidiana aponta para a hipótese de que, efetivamente, o que faz com que as notícias sejam aquelas que chegam aos destinatários dos produtos mediáticos seja determinado por os meios de comunicação social estarem munidos de capacidade. Mais do que fornecer *inputs* que levam os públicos a formar os seus juízos, os *media* conferem-lhes fórmulas pré-feitas sobre como pensar o quotidiano e os assuntos de interesse social, selecionando quais são esses assuntos classificados de valor informativo acrescentado e estabelecendo os padrões através dos quais os pensamentos a serem desenvolvidos sobre essas temáticas devem seguir (Crato, 1992; Hall et al., 1978; Sousa, 2006; Wolf, 1999). Essa questão é extremamente relevante para o debate sobre a distribuição social do poder simbólico, uma vez que contribui para a compreensão de que, imanente aos meios de comunicação social, se encontra endossada uma

infraestrutura de poder, que poderá ser alocada a determinados setores da sociedade, podendo eles se encontrarem no centro ou nos subúrbios do coração metropolitano dos assentamentos urbanos formais, organizados e estruturados em função de interesses políticos, económicos, religiosos e, em certos casos, elitistas. Portanto, a agenda mediática acaba assim por responder a uma necessidade de controlo social do centro em relação à periferia, de forma a que o centro continue a controlar os meios de produção de bens sociais e simbólicos, estabelecendo os padrões e as referências do sistema organizativo das sociedades (Adorno, 1987; Adorno & Horkheimer, 1944/1991; Breed, 1955). Portanto, não podemos compreender a questão do agendamento fora de um quadro interpretativo traçado pela teoria do poder (Brito, 2016). Estes quadros ajudam-nos a entender como os grupos sociais desenvolvem estratégias de controlo das organizações do Estado e nelas inscrevem a sua visão sobre a sociedade e sobre o próprio modo de exercício do poder, as formas da sua aquisição, os instrumentos de transição de sistema de administração do poder e as situações em que se opera a sucessão no poder.

Antes de avançarmos na problematização do tema, importa sublinhar a perspetiva que Kowarick (1983, 2000) associa ao conceito de “periferia”, sublinhando que ele implica uma abordagem plural das questões sociais. Salienta, assim, que, além de categorias conceptuais como distância geográfica, precariedade, carência, marginalização face os serviços públicos e infraestruturas básicas inscritas numa política integrada no pressuposto de estado social moderno, o conceito engloba, também, a expressão do pluralismo cultural, político, social, económico, ideológico e artístico. Assim, podemos notar que a conceção de “periferia”, consubstanciada a partir dos fundamentos teóricos e empíricos mobilizados pelo autor, não incorpora apenas a carência de infraestruturas públicas, como, por exemplo, a informalidade dos assentamentos urbanos, a deficiente iluminação pública, a irregularidade das ruas e a ausência de uma infraestruturização condizente com as necessidades das populações e, ainda, a deficiente prestação de serviços básicos nos campos da educação, dos transportes, da saúde, do saneamento, do emprego e dos serviços do estado, entre outros. Com efeito, tal abordagem amplia-se também para irrupções de espaços de inteligibilidade simbólica e cultural, edificados nos meios rurais, nos subúrbios, nas paisagens sociais carentes, nos espaços humanos marginalizados e nas periferias dos poderes centrais, constituindo-se resistências à ordem dominante e reinvenção de uma visão de política cultural a partir das periferias, considerando a política toda a forma humana de intervenção

social para disputar espaços de poder, estabelecer padrões de significação social e imprimir mudanças geradoras de melhorias de condições de vida das pessoas alicerçadas nos seus campos sociais de ação.

Uma questão importante ligada à afetação de conteúdos ao conceito de “periferia” é sublinhada por Valladares (2005), para quem, além da pobreza e do distanciamento em relação às centralidades, se integra, também, nessa conceptualização da questão uma dose considerável de violência urbana e de criminalidade. Essa relação se estabelece, por um lado, no âmbito do agendamento das notícias pelos grandes meios de comunicação social, de amplitude nacional e internacional, e, por outro lado, pelas chamadas “classe média” e “classe alta” das sociedades contemporâneas, que estabeleceram um regime axiológico de classes sociais dissimulado em discursos de integração social e racial. Esta abordagem não deixa, no entanto, de assumir uma perspectiva elitizada, cuja ordem tem como escopo um sentido prévio, originado sempre no centro e destinado à aplicação na periferia. A agenda das grandes empresas que operam no setor dos *media* tem-se estabelecido a partir dessa ordem social previamente definida, em que se procura, a partir do processo de *agenda-setting*, manter uma ordem discursiva e a dominação da construção do sentido e da orientação do pensamento coletivo.

Olhando para as teses desenvolvidas no âmbito da teoria de *agenda-setting*, podemos ver que nelas se inscreve o princípio de que a valorização social dos assuntos a serem canalizados para o debate no seio da opinião pública, por parte dos cidadãos, vai depender muito da sua inscrição na pauta das empresas mediáticas. Deste modo, os *media* são tomados como indutores do sistema das relações sociais, influenciando a interação entre os indivíduos e inscrevendo assuntos, previamente selecionados, no debate público. Isso implica, também, que, no processo da seleção dos acontecimentos, haja um silenciamento propositado de determinadas vozes e assuntos que ocupam territórios periféricos do sistema social. Esses territórios integram os eixos mais pobres, as camadas marginalizadas e a população que reside nas periferias dos poderes económicos, social, cultural, intelectual e político. Assim, deve-se ler estas problemáticas a partir de duas matrizes de periferias: por um lado, um entendimento de periferia que opõe o campo e a cidade e, por outro lado, uma conceptualização que opõe o coração das cidades às zonas suburbanas e carenciadas, que gravitam à volta dos grandes centros. Num e noutra casos são salientes as situações de dissonâncias informativas e de hiatos de conhecimento, que, em última análise, resultam num desequilíbrio das premissas democráticas da

distribuição social do poder, colocando uma parte da sociedade permanentemente sob os holofotes da comunicação social e outra parte numa espécie de penumbra mediática, ou seja, numa zona cinzenta e obscura, ocultada pela rede nacional de distribuição simbólica do poder.

A ação dos *media* no silenciamento das periferias deve-se, entre outros fatores, aos seus objetivos materiais. Sendo, na maioria das vezes, propriedades dos detentores de poder no espectro sociopolítico e no dos setores ligados à economia, às finanças e ao mercado financeiro, os meios de comunicação social acabam, então, por estar ao serviço dessa classe elitizada e, com isso, contribuem para a estabilidade do sistema social a partir do qual se encontram alicerçados. Outrossim, estabelecem-se como uma reserva simbólica para a manutenção do *status quo* enquanto for possível. Essa situação prevalece enquanto, nas sociedades modernas, a capacidade dos *media* se sobrepuser à própria capacidade das comunidades no estabelecimento da agenda das discussões públicas, na orientação do rumo dos debates e na formação da opinião pública. As estratégias comunicativas nas periferias resultam de um reconhecimento do poder dos grandes meios de comunicação de massa na definição da orientação simbólica da sociedade e isso leva a mantra social excluída a procurar mecanismos para o estabelecimento de plataformas alternativas e concorrenciais de influência social. Neste caso, limitam os seus perímetros de ação e de influência, na medida em que o entendimento subjacente é o de que, em primeiro lugar, se muda a comunidade de inserção para, depois, se mudar o município, seguidamente a ilha e, subsequentemente, o país. Por isso, a comunicação alternativa é mais eficaz quando se estabelece em redes de construção simbólica de sentidos, procurando desenvolver conectividade, interação e o estabelecimento de um campo de experiência e de compreensão entre os operadores e atores que se encontram vinculados a essas iniciativas.

Uma experiência interessante deste tipo de engajamento social para a transformação da sociedade, transformando as pessoas e as suas condições de vida nas suas comunidades, é encontrada na Guiné-Bissau, onde o desenvolvimento das rádios comunitárias levou à criação de uma plataforma de *networking*, entre elas, a Rede Nacional das Rádios Comunitárias. A ideia fundamental que ali subsiste estabelece-se no princípio de que, a partir das mudanças que cada rádio local possa engendrar na comunidade onde se encontra inserida (se for indexada numa plataforma de campos interpretativos federados capazes de gerar mudanças locais), poder-se-á transformar o tecido social, político, económico, cultural e educacional do país. Portanto, havendo uma matriz que congrega uma certa homogeneidade (campos

interpretativos e campos de experiência) nas rádios comunitárias, é possível concorrer, a partir das periferias, para o processo de definição de um quadro referencial de debate nacional. Isto traduzir-se-ia na emancipação ideológica, social e intelectual a partir das periferias, o que se mostra como fundamental para o reequilíbrio dos processos de desenvolvimento. Com efeito, nota-se, como alguns autores sustentam, que existe um evidente paradoxo na configuração da contemporaneidade, uma vez que o contemporâneo se afirma de entre uma situação de domínio abrangente *da vida ou do biopoder*, interpretando, por um lado, a vida como um bem supremo do próprio sistema capitalista e, por outro, como o maior bem em si, implicando, desta feita, o desenvolvimento de mecanismos de resistências e a afirmação das idiosincrasias singulares das individualidades, configurado num poder da vida ou numa biopotência. Esta leitura é fundamental para a compreensão da necessidade do desenvolvimento de mecanismos de reação comunicativa a partir das periferias, mas, também, de ações de significação, como forma de reativar a esperança do equilíbrio social e a atenuação dos hiatos de conhecimento entre os centros e as periferias. É também uma forma de atenuar os desequilíbrios entre os núcleos urbanos e os assentamentos informais suburbanos que gravitam à volta das grandes cidades, das capitais dos países e dos centros metropolitanos, que agregam, no seu seio, os poderes económico, político, tecnológico e intelectual: ou seja, nos espaços urbanos onde, como afirma Webster (1995), *grosso modo*, os países vinculam os processos transformacionais da sociedade que originam as várias dimensões da sociedade de informação.

A COMUNICAÇÃO NAS PERIFERIAS E OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL EM CABO VERDE

As mudanças sociais, geralmente, não são processos céleres, pelo que levam muito tempo a operacionalizar. Integrando o desenvolvimento humano dentro dos processos transformacionais da sociedade, sobretudo em países carentes de recursos e em construção permanente, como Cabo Verde, podemos registar que a comunicação de causas locais, de advocacia para o desenvolvimento local e de promoção das forças criativas que emergem nas periferias constitui um elemento fundamental para a sociedade. A comunicação contribui ainda para essas mudanças sociais em ciclos estruturais, levando o tempo necessário à sua consumação e consolidação. Neste sentido, destacamos o importante papel das rádios comunitárias em Cabo Verde, que, mesmo estribadas em estruturas organizacionais

economicamente frágeis, conseguem induzir melhorias substanciais na democracia comunitária, contribuindo para a libertação da imaginação, da criatividade e da arte a partir das periferias e das ruralidades do país. Isto acontece porque há uma preocupação nesses órgãos de comunicação social — que se posicionam num território chamado de “alternativo” — em promover questões enraizadas no interesse público local, lançando debates sobre temas de interesse para a comunidade. Tanto em Cabo Verde como na Guiné-Bissau, temos assistido a essa vocação das rádios comunitárias em fazer uma interpenetração da comunidade local, conseguindo, em paralelo com os *media* nacionais, estabelecer a sua própria pauta para a agenda local, debatendo assuntos que tenham a ver diretamente com a vida das pessoas a quem a emissão é destinada. Deste modo, sobressaltam, nos processos de agendamento das rádios comunitárias em Cabo Verde, temáticas que envolvem a proteção do ambiente, do ecossistema e da fauna marinha. Ainda, são veiculados temas destinados à promoção da educação no seio comunitário e à cobertura do sistema educativo e do universo da pequena infância, ainda que os pais enfrentem dificuldades em assumir os custos com a educação dos seus filhos. Constitui, ainda, preocupação das rádios comunitárias cabo-verdianas a promoção da cultura e a libertação das energias criativas dos jovens, a proteção das crianças, a igualdade de género, a equidade e a igualdade entre os seres humanos, independentemente da nacionalidade, origem geográfica ou cultural ou quaisquer outros considerando circunstanciais, que não definem as pessoas nem espelham o âmago dos seres humanos. Enquadrados na materialidade jornalística dos órgãos de comunicação social comunitários edificados em Cabo Verde, encontramos, ainda, assuntos que integram as políticas de desenvolvimento local, quer as alicerçadas no poder local, quer as alocadas ao poder central. Também fazem parte desse constructo de materialidade jornalística e de conteúdos mediáticos questões que envolvem a economia local e o regime de sustentabilidade das famílias a partir da criação de uma base produtiva local, entre outros assuntos.

Destarte, tanto nas periferias da capital de Cabo Verde (onde se encontra estabelecida a Rádio Comunitária Voz de Ponta d'Água), como nas zonas rurais onde outras rádios comunitárias estão implementadas (Rádio Comunitária para o Desenvolvimento da Mulher, na ilha de Santo Antão; Rádio Comunitária Voz de Santa Cruz, no interior leste da Ilha de Santiago), encontra-se uma agenda voltada para a concretização das ambições e dos desejos de realização dos membros das suas comunidades de inserção. Isto considerando que, nas periferias onde se encontram, é necessário

travar lutas para promover o desenvolvimento local, através do apoio aos projetos de empreendedorismo, como, também, de melhoria substancial das condições de vida das pessoas que enfrentam dificuldades económicas ou que vivem situações de vulnerabilidade social. Assim, regista-se uma certa mediatização dos processos sociais nessas localidades periféricas da sociedade cabo-verdiana, com uma categoria de microssistemas mediáticos que se constroem, a partir das comunidades mais carenciadas, como sistemas alternativos de significação social, constituindo-se naquilo que Braga (2006) categoriza de “terceiro sistema de processos mediáticos”. Falamos de novos mapas interpretativos, engendrados por dispositivos sociais com diferentes níveis de institucionalização, portadores de capacidades para conferirem consistência e persistência aos processos de inteligibilidade das relações sociais de poder.

A ação de significação social, através da promoção dos processos simbólicos que as rádios comunitárias desenvolvem nas suas comunidades de inserção, enquadra-se no escopo da comunicação de proximidade. Isto, porque o campo dos efeitos sociais das mensagens veiculadas fica adstrito ao território da vida do indivíduo, envolvendo temáticas que se relacionam com os seus direitos, os processos da sua sustentabilidade, a sua formação, a sua educação e os elementos sociais aos quais a sua vida se encontra ancorada. A comunicação de proximidade deve ter, no seu alicerce, quase sempre, as causas de desenvolvimento da comunidade e da transformação social local. Os seus objetivos passam por promover o desenvolvimento humano a partir das comunidades periféricas, conseguindo *inputs* disruptivos que levam ao progresso social.

Assumida em Cabo Verde por uma camada jovem, que tem atuado nas rádios comunitárias, a comunicação de proximidade tem-se traduzido numa intensa luta, marcada pela persistência e pelo trabalho voluntário. Tem havido uma combinação de dimensões profissionais e formativas das pessoas envolvidas nesses processos de engendramento de mudanças sociais. Há uma leva de atores da advocacia social que emergem nas comunidades e que entram em vários microssistemas organizativos dessas comunidades, como as associações, os grupos culturais, os grupos recreativos e desportivos, até chegarem a outras organizações não governamentais e entrarem para o microssistema das rádios comunitárias. Outras vezes, são jovens estudantes universitários em processo de conclusão das suas formações que encontram nas rádios comunitárias a possibilidade de desenvolvimento de experiências de mediação social, que os ajudam a permeiar o sistema de *networking* social. Isso ocorre não obstante Benjamin

(1936/1992) tivesse vaticinado a crise da experiência no percurso da modernidade, acentuando o desvalor social dos bens simbólicos. Analisando a substituição da narrativa genuína pelos macro-constructos simbólicos veiculados pela televisão que assumiu, num primeiro momento, o lugar do narrador, Benjamin (1955/1993) assinalou que, com o passar do tempo, deu-se o afastamento gradual da “narrativa da esfera do discurso” (p. 201). Esta realidade atenua o papel do conhecimento e da experiência nas novas configurações sociais e sobrevaloriza o poder da informação, que estabelece novos e mais robustos padrões de codificação da realidade e das relações sociais. Este processo precipita uma situação de novas formas de controlo intersubjetivo e deixa o indivíduo, cada vez mais, na dependência daqueles que têm as condições para procederem com a programação. Esta realidade dá-se quer a um nível micro (regional e nacional), quer numa perspetiva meso (nacional e plurinacional). E, assume ainda uma amplitude macro, de nível global, da informação internacional, agenciada pelos grandes diários informativos, pelas televisões globais, pelas poderosas agências noticiosas transcontinentais e pelos instrumentos de codificação de sentidos no ciberespaço, que congregam um forte poder de “agendamento segmentado” da informação suportado por algoritmos que proporcionam aos investidores, empresários e provedores das plataformas informativas um conhecimento aprimorado dos nichos de públicos que habitam o ciberespaço. Isso acaba por se traduzir no estabelecimento de padrões de supremacia da cultura de massa e da informação global sobre a cultura minoritária e a informação local. Porém, esse empobrecimento (Benjamin, 1936/1992, 1955/1993) não chega a definir completamente as experiências de comunicação de proximidade, ao ponto de desenraizar as rádios comunitárias dos alicerces de transformação social e de advocacia às suas causas e ao desenvolvimento local. Deste modo, nos promotores da advocacia para as mudanças sociais que emergem a partir das periferias, regista-se um comprometimento com as causas das populações locais e com os desafios da própria comunidade no seu todo, procurando mecanismos para a promoção das paulatinas mudanças que as estruturas sociais locais requerem.

Se, por um lado, é importante destacar o papel das rádios comunitárias na promoção da democracia local, por outro, também é necessário considerar o espaço económico no âmbito do qual esse tipo de processamento simbólico intersubjetivo é desencadeado. Desde logo, olhando para o contexto económico das rádios comunitárias cabo-verdianas, deparamo-nos com uma situação de dificuldades económicas estruturantes, uma vez que elas nascem a partir de projetos sociais, sem uma vocação económica

e fora de um quadro de ampla concorrência económica no mercado da publicidade. Pela natureza jurídica do seu enquadramento legal, estas emisoras não podem disputar o mercado de publicidade em igualdade de circunstância com os órgãos mediáticos de carácter comercial. Mesmo tendo um financiamento público e acesso aos recursos oriundos das taxas cobradas aos recetores (ouvintes e telespectadores), os órgãos de comunicação social que estão integrados na estrutura empresarial mediática do Estado têm uma amplitude de comercialização dos anúncios no espaço do mercado publicitário que as rádios comunitárias desconhecem e lhes é alheia.

Segundo o contexto jurídico da rádio comunitária em Cabo Verde, os proprietários deste tipo de órgãos de comunicação social devem ser organizações não governamentais, imbuídas em causas sociais de desenvolvimento nacional. Deste modo, enquanto ferramenta de intervenção no espaço público, a rádio comunitária é encarada pelo legislador cabo-verdiano como um instrumento de promoção da democracia local, do pluralismo comunitário e da democracia regional no contexto da nação. Em última análise, a rádio comunitária assume o papel de um instrumento catalisador do desenvolvimento nacional, abrindo artérias de interação social entre os diferentes atores dos processos de transformação social no plano das comunidades locais. As dificuldades para ampliarem esse papel social advêm, sobretudo, dos poucos canais de que padecem para acederem aos recursos necessários para a alimentação das suas estruturas produtivas e dos seus canais de distribuição. As dificuldades económicas desses meios de promoção de comunicação de proximidade em Cabo Verde são contrastadas com a fertilidade de talentos que perduram no tecido social que suporta o setor das rádios comunitárias no país. Esta realidade encontra suporte nos axiomas de Deleuze (1986/1987, 1990/1992), que, a partir da análise da complexidade que as sociedades contemporâneas e os modos de vida nelas inscritas incorporam, sentenciam que, a partir de acumulação do conhecimento e da informação dentro de uma estrutura social e cultural, é possível promover a degeneração de heterogeneidades, precipitando uma diversidade polifónica capaz de engendrar contraditórios, dissonâncias e novas ruturas sociais. No caso de Cabo Verde, é possível ver que a entrega dos comunicadores das rádios comunitárias, muitas vezes, ultrapassa a dos profissionais, que trabalham em alguns órgãos de comunicação social estatais. Procuram, de certa forma, não só desenvolver a autonomia no desencadeamento das suas responsabilidades, como também cobrir a parte do trabalho redatorial, bem como as dimensões do desenvolvimento técnico, entre as quais, a edição, o controlo das emissões, a operação das

atividades em antena e a gestão dos canais nas plataformas digitais. Essa postura, desenvolvida nos meios mais empobrecidos do sistema mediático nacional, inscreve-se nas novas estratégias que se precipitam na paisagem mediática cabo-verdiana, engendrando novos pluralismos e sistemas alternativos de produção de discursos diferenciados na arena mediática. Esse sistema promove uma continuidade das resistências e contraria os mecanismos hierárquicos de controlo social inscritos nos regimes políticos, nos sistemas governamentais e judiciais, nos aparatos do poder estatal, na ordem económica global e nacional e, por último, na configuração dos sistemas simbólicos, consubstanciados nos regimes mediáticos nacionais e internacionais.

A ARTE COMO INSTRUMENTO DE EXPRESSÕES IDENTITÁRIAS NAS PERIFERIAS DA SOCIEDADE CABO-VERDIANA

Ao longo da história da humanidade, o ser humano sempre desenvolveu a dimensão artística da sua existência, contemplando nela questões da vida particular, como também as preocupações e o estado de alma de uma determinada sociedade. O desenvolvimento da arte antecede a própria escrita, que surge por volta de 3.000 anos a.C., na Baixa Mesopotâmia, tendo como protagonista o povo sumério. Porém, entre os 40.000 e os 38.000 anos a.C., o ser humano começou a desenvolver a arte rupestre, conhecida na história da comunicação como “pinturas rupestres”. Isso significa que, muito antes da escrita, a componente das artes começou a acompanhar a vida do ser humano na sociedade.

Se, inicialmente, a função da arte era mais instrumental, procurando-se com ela passar as informações sobre as caçadas, os possíveis perigos que determinados locais incorporavam, os registos contáveis, entre outros, com o passar do tempo, deu-se uma reinterpretação do papel social da arte, que passou a ser uma forma de tradução do espírito de uma pessoa, de um tempo ou de uma sociedade. Portanto, a arte tornou-se numa ferramenta de condensação e de conservação da aura de uma sociedade, registando a memória dos tempos, dos espaços e das comunidades humanas. Também se tornou num instrumento no qual se pode inscrever o estado de alma, a visão do mundo, a crítica ao mundo empírico, a idealização de universos possíveis, os traços inteligíveis, o moderno, o pós-moderno, o possível e o impossível. Deste modo, a arte ganha um espaço muito importante na constituição da identidade de um espaço e de um tempo, mas, também, a possibilidade de inscrição numa forma de expressividade da visão, do

pensamento, da criatividade e dos mundos possíveis. Deste modo, tornou-se num dos mais importantes instrumentos de configuração do espaço simbólico de interação humana. Para Gonçalves (2007), “a arte, enquanto campo de produção simbólica, é um espaço vital para o exercício de questionamentos e de intervenções”. E acrescenta:

a arte vai nos interessar especialmente pela aventura de caráter estético e subjetivo a que pode dar lugar – onde o estético diz respeito a formas de sensibilidade criadoras e o subjetivo, à produção social de estilos de vida. Como operador discursivo, a arte participa dos processos de produção de sentido, favorecendo, a um só tempo, a investigação sobre as atuais dimensões da experiência do humano e o surgimento de novas ferramentas de ação. (p. 4)

Em Cabo Verde, há um conjunto de expressões artísticas que emergem a partir dos espaços periféricos e que concorrem para a formação do espectro de significado social, marcando a participação dos ambientes marginalizados ou afastados dos centros decisórios na definição de um sentido social. Uma deslocação até ao interior da Ilha de Santiago, mais concretamente na localidade de Espinho Branco, coloca-nos perante um estaleiro de exposição de talentos, que é a RabelArte, um palco de mostra de criatividade da comunidade de Rabelados ali estabelecida. Na verdade, para essa comunidade, a arte é mais do que uma forma de expressividade de talentos, como também é um instrumento de integração social. Isto porque, por longas décadas, essa comunidade se colocou à margem dos progressos que se registaram no tecido social cabo-verdiano. Trata-se de uma comunidade que, no curso da história de Cabo Verde, teve divergências e cisões com o resto da sociedade, em decorrência de fatores de ordem religiosa, política, social e outras. O longo período de divergência conceptual com o resto da sociedade cabo-verdiana engendrou hiatos de conhecimentos, de mapas interpretativos da sociedade, do poder, da religião e da própria cultura. Para o início da reintegração social da comunidade, a arte desempenhou um papel absolutamente fundamental. A partir das suas criações artísticas, a comunidade passou a comunicar, aos visitantes, a expressividade das suas emoções, das suas visões do mundo e da sensibilidade do seu olhar sobre o humano e as suas vicissitudes. Um conjunto de expressões artísticas entra nesse leque de instrumentos de expressão pública dos sentimentos, emoções, olhares e mundivisões da comunidade de Rabelados de Espinho Branco. Entre elas, destacamos, por exemplo, as artes plásticas, o artesanato, a poesia, os desenhos e outras formas de

expressões criativas. Deste modo, podemos notar que o recurso aos bens artísticos e aos produtos imaginativos que nascem do espírito criativo do ser humano conduziu essa comunidade para uma ressignificação dos processos quotidianos, permitindo a implementação de uma ordem comunitária diferente da estabelecida ao longo de décadas, modelando as relações intra e extra comunidade e consubstanciando formas alternativas de mediação e de significação, com o suporte dos recursos simbólicos inscritos nas produções artísticas locais. Isso leva a que, na atualidade, se deva olhar para a arte como um elemento isolado da sociedade, devendo antes ser interpretada na sua conexão com um amplo quadro social de significação e de construção de significados sociais. Essa perspetiva corrobora a visão de Martin-Barbero (1997), segundo a qual os processos comunicacionais engendram, no tecido social, espaços culturais e paisagens humanas, não se ficando pelos artefactos tecnológicos e pelas infraestruturas de transporte de sinais e de conteúdos mediáticos.

Analisando a arte desenvolvida nos meios periféricos cabo-verdianos e a sua inscrição na ordem social, podemos notar que, com o desenvolvimento das energias criativas das pessoas que ocupam esses espaços sociais cabo-verdianos, dá-se a formulação de micro-fábricas de produção de novas matizes sociológicas, identitárias e de novas sensibilidades no espectro social do país. Esta perspetiva alinha-se com os pressupostos teóricos defendidos por Caiafa (2000), para quem a energia criativa das comunidades engendra novas formas de expressividade, que criam recortes “nas subjetividades padronizadas, fazendo surgir singularidades” (p. 66). Assim, as iniciativas artísticas que se estabelecem nas periferias cabo-verdianas criam processos de singularização (Guattari, 1992), que emergem da configuração do poder da arte na operacionalização de inscrições disruptivas nos sistemas de significação que procuram estabelecer a ordem dominante nacional. Com isso, os artistas e os criadores provocam transformações nos processos sociais de estabelecimento de matizes dominantes, criando ressignificações e transformações das subjetividades, orientadas pela formação de novos campos de signos sociais suportados por novos sistemas simbólicos e de quadros de elaboração semiótica.

No interior de Santiago, encontramos ainda outras comunidades que se especializaram no desenvolvimento e maturação das expressões artísticas para, desta feita, inscreverem as suas preocupações, a forma como olham para o mundo e as suas sensibilidades na agenda de configuração simbólica do tecido cultural e idiossincrático cabo-verdiano. Neste caso, podemos destacar duas comunidades com uma vocação semelhante: as

mulheres de Trás-os-Montes, no município do Tarrafal de Santiago, e as mulheres de Fonte Lima, no concelho de Santa Catarina, também na Ilha de Santiago. Essas duas comunidades, marcadas essencialmente pelo setor social feminino, especializaram-se nas tarefas de moldagem de barros de modo a construírem as formas com que configuram os seus universos e as suas mundivisões. As duas comunidades procuram imprimir a sua especialidade nos trabalhos artísticos que desenvolvem como mecanismo de formulação de uma identidade local a partir da periferia, fazendo-a inscrever no tecido do constructo que traduz a súpula da identidade cabo-verdiano enquanto povo. No caso das mulheres de Trás-os-Montes, no município do Tarrafal, o trabalho de moldagem do barro segue em paralelo com as atividades de tecelagem, gastronomia típica local e outras expressividades criativas, motivando visitas de cidadãos nacionais e, até, de turistas, que acabam por adquirir essas molduras e produtos artísticos. Deste modo, essas mundivisões interagem com outras visões do mundo, enformando um constructo cultural cada vez mais robusto, resultado de um pluralismo de expressividade entre os centros e as periferias. Esse trabalho desenvolvido, no interior de Santiago e em outras ilhas do país, não integra um conceito de arte divorciada da produção simbólica nacional, mas se inscreve no campo da significação comunicativa. A arte integra um campo de significados que alcança a comunicação num sentido macro-conceptual, tornando-a num dos elementos singulares das experiências comunicativas. A dimensão comunicativa da arte funda-se na possibilidade de originar um novo quadro de referência simbólica na produção social de sentido. Neste caso, Guattari (1992) aponta que o recurso diferenciado das plataformas de comunicação de massa e das tecnologias da informação (Barros & Santaella, 2002; Méredieu, 2003; Rush, 2000; Santaella, 2003) estabelece quadros simbólicos de significação que podem conduzir a uma etapa passível de ser considerada de “*pós-medium*” (Guattari, 1992).

Outrossim, é importante salientar, também, que o teatro é um tipo de arte bastante vivo em Cabo Verde, conseguindo projetar algumas comunidades que têm menos promoção mediática. Se a ilha de São Vicente, embora a segunda com maior vinculação mediática no país, reclama da verticalização do fluxo da informação nacional, inclusive tendo apelidado, em tempos, a “Televisão de Cabo Verde” de “Televisão da Praia” (capital do país), é certo que, com o passar dos tempos, a população local consolidou as expressões artísticas e culturais locais, que lhe deram protagonismo no plano da definição simbólica nacional. Várias áreas do domínio das artes concorreram para essa afirmação da comunidade são-vicentina na

enformação do constructo simbólico que a cabo-verdianidade reivindica. No plano musical, a morna, com a “voz mansa” de Cesária Évora, tornou-se numa expressão idiomática da cultura daquela ilha, num diálogo permanente com as outras produções daquele género musical em diferentes ilhas do país. O cineteatro Eden Park, ao longo de várias décadas, transformou São Vicente num palco de projeção de sonhos, passando por ali produtos cinematográficos engendrados em todo o mundo; no domínio das expressões da cultura urbana, o carnaval de São Vicente ganhou uma dimensão notável, tornando a ilha no maior campo de expressão carnavalesca do país. No que se refere às artes de palco, a criação do festival Mindelact acabou por promover uma federação dos grupos teatrais de São Vicente e de formações teatrais de outros espaços geográficos nacionais e internacionais. Também se pode destacar ainda, em São Vicente, trabalhos com grande projeção artística no plano nacional, desenvolvidos no campo da escultura, das artes plásticas, do artesanato, da literatura, da poesia e de outros géneros de expressão das energias criativas cabo-verdianas. Tudo isso contribuiu para um renivelamento dos pressupostos da construção da agenda simbólica, levando a arte e a cultura a partilharem com os conteúdos dos meios de comunicação social o campo da definição simbólica dos sentidos sociais, uma vez que, como observa Kelly (1978), as criações artísticas não devem ser entendidas como uma instância de comunicação fechada em si. Devem, pelo contrário, ser entendidas como um segmento social dialógico, em que a arte adquire a sua autonomia no processo de mediação social e passa, sozinha, a dialogar com o espectador, num processo de construção infinita de sentidos, “se a obra for verdadeira, real e aberta” (Kelly, 1978, p. 244). Essa relação é infinita porque as criações artísticas e culturais são, de si, obras abertas e há um amplo campo de interpretação e de engendramento de sentidos a partir das semióticas criativas dos artistas (Eco, 1990/2010, 1962/2016). Assim, ao espectador nunca chega todo o conteúdo de uma obra de arte porque o sentido é fragmentado pelo quadro interpretativo individual e, como afirma Berger (1971/1977), aquilo que chega da arte ao recetor não passa de um fragmento da mensagem contida na obra.

Olhando para o campo da literatura, podemos verificar que, desde a geração da Claridade, passando pelos autores que gravitaram as revistas *Certeza*, *Seló*, *Ponto & Vírgula* e, mais recentemente, o jornal *Artiletra*, tem havido uma interpretação da criação literária como uma forma de ampliação dos campos de sentidos e de significados sociais em Cabo Verde. Isso não é algo característico de apenas uma ou outra região do país. De facto,

tem havido, um pouco por todas as ilhas, uma profusão do espírito criativo no campo da prosa e da poesia, projetando as visões de todas as comunidades, incluindo as periféricas, para fora das suas fronteiras sociais e de significação local. Isso faz com que muitas produções culturais que enformam o parque da literatura cabo-verdiana sejam oriundas de pessoas que militam nas zonas periféricas, embora nem sempre tenham oportunidade de proceder com a publicação dos seus textos em livros ou em antologias. Porém, esta situação tem sido, cada vez mais, ultrapassada com o incremento das novas tecnologias, que permitem criar canais alternativos para a veiculação dos conteúdos produzidos nas localidades periféricas no circuito da informação nacional e internacional de processamento das matizes simbólicas identitárias e de vozes, visões e mundivisões sobre a realidade e o universo dos mundos possíveis.

A ilha de Santo Antão, sem grande expressão no agendamento mediático da informação nacional, conta com as festividades de romarias de junho, particularmente as festas de São João, que projetam as suas expressões artísticas para fora das suas fronteiras. O mesmo acontece com a ilha do Fogo com as festas da Bandeira e as de São Filipe, que se estendem, na maioria das vezes, por mais do que uma semana, sendo atrativos nacionais e internacionais, contribuindo para a movimentação de muitos cabo-verdianos estabelecidos na diáspora. Portanto, há um conjunto de outros exemplos que aqui poderíamos mencionar e que contribuem para espelhar a forma como as comunidades procuram inscrever as suas estruturas de pensamento e de sentimento no quadro da significação, da construção de sentidos e da ressignificação das referências sociais e culturais em Cabo Verde.

CONCLUSÃO

A comunicação está presente em quase todas as formas de expressão e de manifestação do ser humano. Estando onde estiverem, as pessoas acabam, sempre, por comunicar, fundamentando assim os pressupostos de que sem a comunicação, não há uma subsistência prolongada do ser humano sobre a face da Terra (Bertrand, 1997). As pessoas acabam por expressar as suas mundivisões nos seus bairros, nas ruas, nas cidades e nos aparatos tecnológicos desenvolvidos ou adquiridos para a mediação social. A própria forma como se precede com a organização de uma cidade resulta de um processo de comunicação do poder público ou de outras entidades aos cidadãos, transeuntes e automobilistas, fornecendo um conjunto de elementos semiológicos que ajudam na interpretação dos sentidos que a cidade

incorpora. O sinal de trânsito colocado à beira da estrada é, em si, um instrumento de comunicação fundamental, na medida em que fornece as regras e a orientação sobre os modos de circulação na via pública. Com esse exemplo, queremos ampliar o sentido do conceito de “comunicação”, espelhando um processo significativo estabelecido no seu *lato sensu*. Assim, salientamos que o ato comunicativo acontece em diferentes suportes de transmissão de mensagens que, ao longo do percurso histórico, a humanidade desenvolveu. É nos meios de comunicação de massa que mais os estudos comunicacionais se centraram ao longo do século XX. Porém, em paralelo com os *media*, também o ser humano desenvolveu uma ampla gama de suportes de difusão de mensagens que se traduzem em importantes processos de significação social. Nesta questão, a dimensão cultural das sociedades adquire um papel fundamental, uma vez que a cultura é portadora de elementos que edificam os processos de significação, permitem a troca e a cooperação nos processos comunicativos (Chapman, 2008; Grice, 1989, 1991, 2001) e no tráfego dos sentidos sociais.

Da problematização que fizemos ao longo deste texto, podemos verificar que, no campo das mediações comunicativas, temos diferentes níveis de discussão do problema. De um lado, temos o plano da informação internacional, cujo fluxo tem sido tendencialmente definido no sentido de a influência se realizar do centro para a periferia, num contexto em que, segundo Deleuze (1990/1992), o problema não é propriamente a “falta de comunicação, mas de seu excesso” (p. 172). Do outro lado, temos, no plano interno, as assimetrias no acesso e na materialidade informativa que criam hiatos de informação e de conhecimento entre os centros urbanos e as zonas rurais, mas também entre os núcleos centrais das cidades e as periferias urbanas que as gravitam. Ainda podemos estabelecer um terceiro nível, que abrange a comunicação local e a regional (regional interna ao país, não derivado da interpretação do conceito de “região” como um bloco de países). É neste terceiro nível que as nossas preocupações se centraram, uma vez que, havendo uma situação de assimetria na distribuição social do poder comunicativo, as localidades periféricas tiveram de desenvolver os seus próprios instrumentos de veiculação de processos de significação. Isso deu origem ao chamado “processo comunicativo de proximidade”, em que as rádios comunitárias desempenham, no contexto de Cabo Verde, um papel de grande relevo, abrindo canais de contacto entre pessoas de determinadas localidades, com vista a poderem expressar, com mais amplitude, as energias criativas que nascem nessas localidades. Por isso, os projetos de empreendedorismo, as campanhas de sensibilização para as questões

de interesse público local, os programas educativos, os instrumentos de prevenção de criminalidade e da discriminação das pessoas em função de género, religião, cor ou raça, integram a dimensão material dos conteúdos processados nas antenas das rádios comunitárias, fazendo delas veículos impulsionadores dos processos de transformação social e de mudanças de comportamentos nos perímetros sociais nos locais da sua abrangência.

No caso de Cabo Verde, os processos semióticos localizados nas regiões periféricas não se circunscrevem às ações desenvolvidas pelas rádios comunitárias, mas as próprias pessoas assumem os desafios de transformação social local. Dessa forma, elas ampliam as dimensões codificadoras do simbólico e do intangível cultural, com vista a fazerem com que as mensagens, os pensamentos, as ideias e as criatividade se propaguem pelo espaço local e, quando possível, se expandam para fora da localidade, com vista a transportarem a aura positiva dos espaços periféricos e melhorarem a imagem percebida dessas localidades em outros setores da sociedade cabo-verdiana e do mundo. As expressões culturais e, particularmente, as artísticas, desempenham um papel relevante neste processo de ampliação axiológica da cultura dos espaços periféricos, contribuindo para uma harmonização da sociedade e uma horizontalização das posições no exercício do poder simbólico entre o campo e a cidade, os núcleos urbanos e os subúrbios, o mundo dos serviços e o interior empobrecido.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. (1987). A indústria cultural. In G. Cohn (Ed.), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 1–5). Queiroz Editor.
- Adorno, T., & Horkheimer, M. (1991). *Dialética do esclarecimento* (G. A. de Almeida, Trad.). Jorge Zahar Editor. (Trabalho original publicado em 1944)
- Barros, A., & Santaella, L. (Eds.). (2002). *Mídias e artes: Os desafios da arte no século XXI*. Editora Unimarco.
- Benjamin, W. (1992). *Sobre a arte, técnica, linguagem e política* (Alberto, Cruz & Moita, Trans.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1936)
- Benjamin, W. (1993). *Magia e técnica, arte e política* (S. P. Rouanet, Trad.). Brasiliense. (Trabalho original publicado em 1955)
- Berger, R. (1977). *Arte e comunicação* (J. P. Mendes, Trad.). Edições Paulinas. (Trabalho original publicado em 1971)
- Bertrand, J.-C. (1997). *La déontologie des médias*. Presses Universitaires de France.

- Braga, J. L. (2006). *A sociedade enfrenta sua mídia: Dispositivos sociais de crítica midiática*. Paulus.
- Breed, W. (1955). Social control in the newsroom: A functional analysis. *Social Forces*, 33(4), 326–335.
- Brito, W. (2016). Sobre o conceito do poder, da política e do regime político. *Scientia Iuridica*, 65(342), 357–382.
- Caiafa, J. (2000). *Nosso século XXI: Notas sobre arte, técnica e poderes*. Editora Relume-Dumara.
- Chamberlin, E. (1933). *The theory of monopolistic competition*. Harvard University Press.
- Chaparro, C. M. (1994). *Pragmáticas do jornalismo*. Summus Editorial.
- Chaparro, C. M. (1998). *Sotaques d'áquém e d'além mar: Percursos e géneros do jornalismo português e brasileiro*. Edições Jortejo.
- Chapman, S. (2008). *Paul Grice: Philosopher and linguist*. Palgrave Macmillan.
- Correia, F. (2006). *Jornalismo, grupos económicos e democracia*. Editorial Caminho.
- Crato, N. (1992). *Comunicação social: A imprensa*. Presença.
- Deleuze, G. (1987). *Foucault* (J. V. Pérez, Trad.). Paidós. (Trabalho original publicado em 1986)
- Deleuze, G. (1992). *Conversações* (P. P. Pelbart, Trad.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1990)
- Demers, D. (2002). *Global media: Menace or messiah*. Hampton Press.
- Eco, U. (2010). *Os limites da interpretação* (P. de Carvalho, Trad.). Editora Perspetiva. (Trabalho original publicado em 1990)
- Eco, U. (2016). *A obra aberta* (P. de Carvalho, Trad.). Relógio D'Água. (Trabalho original publicado em 1962)
- Évora, S. L. (2005). *As fontes jornalísticas na televisão cabo-verdiana: Os 'definidores primários' das discussões*. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação.
- Évora, S. L. (2011). *Concentração dos media e liberdade de imprensa*. MinervaCoimbra.
- Évora, S. L. (2012). *Políticas de comunicação e liberdade de imprensa – Para compreender o jornalismo e a democracia em Cabo Verde*. Editora/Biblioteca Nacional de Cabo Verde.
- Évora, S. L. (2018). *Comunicação social e cidadania*. ise editorial.

- Galtung, J., & Ruge, M. H. (1965). The structure of foreign news. *Journal of International Peace Research*, 2(1), 64–90.
- Gans, H. J. (1980). *Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Vintage Books.
- Gonçalves, F. N. (2007). Comunicação, cultura e arte contemporânea. *Revista Contemporânea*, (8), 3–10.
- Grice, P. (1989). *Studies in the way of words*. Harvard University Press.
- Grice, P. (1991). *The conception of value*. Oxford University Press.
- Grice, P. (2001). *Aspects of reason*. Oxford University Press.
- Guattari, F. (1992). *Caosmose* (A. Oliveira & L. Leão, Trans.). Editora 34. (Trabalho original publicado em 1992)
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis*. Macmillan.
- Helpman, E., & Krugman, P. (1985). *Market structure and foreign trade: Increasing returns, imperfect competition and the international economy*. MIT Press.
- Herman, E. S., & McChesney, R. W. (1997). *The global media: The new missionaries of corporate capitalism*. Cassel.
- Hutchison, D. (1999). *Media policy: An introduction*. Blackwell Publishers.
- Kelly, C. (1978). *Arte e comunicação*. Edições Agir.
- Kowarick, L. (1983). *A espoliação urbana*. Editora Paz e Terra.
- Kowarick, L. (2000). *Escritos urbanos*. Editora 34.
- Martín-Barbero, J. (1977, maio-agosto). Comunicação plural: Alteridade e sociabilidade. *Comunicação & Educação*, (9), 39–48.
- Méredieu, F. de. (2003). *Art et nouvelles technologies*. Larousse.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: Contributo para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277–294.
- Rush, M. (2000). *Les nouveaux médias dans l'art*. Éditions Thames and Hudson.
- Santaella, L. (2003). *Cultura e artes do pós-humano*. Paulus.
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. MinervaCoimbra.
- Santos, R. (1998). *Os novos media e o espaço público*. Gradiva.

Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media*. Universidade Fernando Pessoa.

Valladares, L. P. (2005). *A invenção da favela: Do mito de origem à favela*. Editora FGV.

Webster, F. (1995). *Theories of the information society*. Routledge.

Wolf, M. (1999). *Teorias da comunicação*. Editorial Presença.